



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
 Rua dos Libaneses nº 1998, Carmo, Araraquara - SP - CEP 14801-425

### TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: 0011910-83.2018.8.26.0037  
 Classe - Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos  
 Autor(a)(es): Sueli Maria de Freitas  
 Advogado/OAB: Suely Aparecida Placido dos Santos Agudo - plantonista  
 Ré(u)(s): Casas Bahia Ltda  
 Preposta: Mariana Benatti Torres  
 Advogado/OAB: Dra. Debora Martins Cappa – OAB/SP 272.853

Aos 30 de outubro de 2018 às 17:42, nesta cidade e Comarca de Araraquara, Estado de São Paulo, na sala de audiências, sob a condução do Sr.(a) Conciliador(a) que abaixo subscreve e a supervisão do MM. Juiz de Direito, ROGERIO BELLENTANI ZAVARIZE, comigo Escrevente Técnico Judiciário abaixo assinado, foi instalada a sessão de conciliação nos autos da ação e entre as partes supra referidas. Verificou-se a presença das partes. A parte ré requereu a retificação do seu nome para **Via Varejo S. A.** (pág. 19). Proposta a conciliação, restou frutífera nos seguintes termos: **OBJETO PRINCIPAL:** Com o presente acordo, nenhuma das partes poderá mais reclamar da outra qualquer questão oriunda do mesmo fato. A parte ré declara inexigíveis os valores decorrentes dos contratos objetos da presente ação (contrato 21114100490921). Para quitação de todos os danos/prejuízos oriundos desta reclamação, a parte ré pagará à parte autora o valor de **R\$2.000,00. ÉPOCA DO PAGAMENTO:** em parcela única em até 25 dias úteis a partir desta data. **FORMA DE PAGAMENTO:** mediante depósito judicial em nome da parte credora Sueli Maria de Freitas – RG 25887987-7, CPF 138.863.758-89. **EM CASO DE INADIMPLÊNCIA:** multa de 10% sobre o saldo devedor. O nome será anotado no SPC, mediante requerimento da parte credora, devendo esta informar o pagamento se ocorrer, para a retirada da inscrição. **HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS:** cada parte pagará os honorários de seu(sua) constituído(a). Não há custas. Os documentos, digitalizados e liberados nos autos digitais por ocasião do ajuizamento são entregues neste ato para a parte autora. **A seguir, pelo MM. Juiz foi proferida sentença:** "Retifique-se o polo passivo conforme requerido. No mais, homologo o acordo celebrado pelas partes e decreto a **EXTINÇÃO DO PROCESSO** com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, "b" do CPC. Nos termos do art. 1000 do mesmo código, não há interesse recursal. Certifique-se o trânsito em julgado. Convalidam-se os efeitos da tutela antecipada concedida. **Com o depósito, expeça-se mandado de levantamento judicial em favor da parte credora.** Tratando-se de pagamento, em caso de inadimplemento, a fase de cumprimento dispensa intimação prévia para pagamento em 15 dias, pois somente é exigível quanto às sentenças condenatórias (art. 523, caput do CPC). Não é necessário comunicar nos autos o cumprimento do acordo (só em caso de descumprimento será o caso de iniciar fase executiva). **Arquivem-se os autos**". Sentença proferida e publicada em audiência, saindo intimadas as partes. Termo impresso e assinado pelos presentes (arts. 209, §1º e 367, §2º do CPC), a ser mantido em arquivo, dispensada sua digitalização para os autos digitais, nos quais ficará armazenado apenas o termo de igual teor assinado digitalmente pelo MM. Juiz. NADA MAIS. Eu, Fernando Alves De Rezende, digitei.

MM. JUIZ

Conciliador(a): Celso Petronilho de Souza

Autor(a)

Ré(u)

Adv.

Adv.